

# LUTHERO

## LEILÕES

### EDITAL DE HASTA PÚBLICA - LEILÃO JUDICIAL ELETRÔNICO

O **Dr. Rubens Petersen Neto**, Egrégio Juízo da 2ª Vara Cível da Comarca de Tatuí/SP, nos autos do processo 1002445-08.2024.8.26.0624, movido por **FS TATUI CAPITAL SECURITIZADORA S.A e OUTRO(S)**., em face de **WERNER DO NASCIMENTO e OUTRO(S)**, comunica a todos que possam se interessar, que será realizado leilão público através da Gestora de Alienação Eletrônica, **LUTHERO LEILÕES**, hospedado no endereço eletrônico [www.lutheroleiloes.com.br](http://www.lutheroleiloes.com.br), sob condução do **Leiloeiro Público Oficial, Sr. Cezar Augusto Badolato Silva - JUCESP nº 602**, nos termos deste Edital.

**DOS LEILÕES:** Os lances serão captados por meio eletrônico, através do sítio eletrônico: [www.lutheroleiloes.com.br](http://www.lutheroleiloes.com.br), o **1º Leilão** terá início no dia **30/03/2026 às 10h00**, e terá encerramento no dia **02/04/2026 às 10h00**; não havendo lance superior ou igual ao da avaliação, seguir-se-á, sem interrupção, ao **2º Leilão**, que se estenderá em aberto para captação de lances e se encerrará em **23/04/2026 às 15h05**; (horário de Brasília), sendo vendido o bem pelo maior lance ofertado, desde que igual ou acima de **50%** do valor da avaliação atualizada até a data de apresentação deste edital, incidente sobre a **fração correspondente a 25%** dos imóveis penhorados.

#### DO PAGAMENTO:

- a) **Da Comissão do Leiloeiro:** O arrematante deverá pagar a título de comissão, o valor correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o preço de arrematação do bem, que não está incluso no valor do lance, através de transferência bancária eletrônica a ser informada pela Gestora, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas após o encerramento do leilão, como prevê o artigo 892 do CPC.
- b) **À vista:** O arrematante deverá efetuar o pagamento do preço do bem arrematado, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas após o encerramento do leilão, através de depósito judicial vinculado ao processo, fornecido pelo Leiloeiro.
- c) **Parcelado:** Os interessados deverão ofertar, diretamente na plataforma [www.lutheroleiloes.com.br](http://www.lutheroleiloes.com.br), pagamento inicial de pelo menos 25% do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses, cuja parcela não pode ser inferior à R\$ 1.000,00 (mil reais), conforme previsto no § único do artigo 22 da Resolução nº 236 do CNJ. **Importante:** Nesta modalidade, o próprio bem servirá como garantia hipotecária. O pagamento da entrada deve ser efetuado no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas após o encerramento do leilão, através de depósito judicial vinculado ao processo fornecido pelo Leiloeiro. **Caso haja lance à vista, o sistema não aceitará lance posterior na modalidade parcelada.**
- d) **Pelo Crédito:** Se o exequente arrematar os bens e for o único credor, não é obrigado a exibir o preço. Porém, se o valor do bem exceder ao seu crédito, deve depositar a diferença, em até 3 dias, sob pena de tornar sem efeito a arrematação (§ 1º do artigo 892 do CPC).



# LUTHERO

## LEILÕES

**COMO PARTICIPAR:** O interessado deverá se cadastrar previamente no website [www.lutheroleiloes.com.br](http://www.lutheroleiloes.com.br), enviar a documentação obrigatória e se habilitar diretamente no lote para participar deste leilão.

**CONDIÇÕES DE VENDA:** O bem será vendido no estado de conservação em que se encontra, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas.

**DO DIREITO DE PREFERÊNCIA:** Nos termos do § 1º do artigo 843 do CPC, é reservado ao coproprietário ou ao cônjuge não executado, o exercício do direito de preferência na arrematação do bem em igualdade de condições.

**DA INADIMPLÊNCIA:** Na ocasião de não pagamento do lance ofertado e/ou da comissão do leiloeiro, o licitante ficará obrigado ao pagamento da comissão devida no importe de 2,5% sobre o valor ofertado em favor do leiloeiro, além de multa e bloqueio de cadastro.

**DA EXTINÇÃO DA AÇÃO E COMISSÃO:** Nos termos do §3º do artigo 7º da Resolução nº 236/2016 do Conselho Nacional de Justiça, caso o executado, após a publicação deste edital, efetue o pagamento da dívida ou celebre acordo visando à extinção do processo, deverá, como condição para homologação, arcar com: **(i)** 2,5% sobre o valor da 2ª praça, além das despesas, caso o pagamento ou acordo ocorra antes da realização da hasta pública; **(ii)** Comissão integral fixada em juízo, além das despesas, caso o pagamento ocorra após hasta pública positiva. O não pagamento das referidas verbas poderá impedir a extinção ou homologação do acordo.

**DÉBITOS:** Por força da Aquisição Originária, o objeto desta alienação estará livre de quaisquer ônus e não haverá sucessão para o arrematante nas obrigações do devedor, conforme prevê o §1º do art. 908 do CPC, inclusive as de natureza *propter rem*, ficam sub-rogados no valor da arrematação, nos termos do Tema 1134 do STJ, do § único do 130 do Código Tributário Nacional. O arrematante somente responderá pelos débitos do imóvel no dia subsequente da competente expedição da Carta de Arrematação.

**PENHORAS; HIPOTECA E DEMAIS ÔNUS:** No caso de arrematação ou alienação, o MM. Juízo Comitente cancelará as constrições deste e demais oriundas de outros processos através da Central Nacional de Indisponibilidade de Bens (CNIB), arcando o interessado com os emolumentos devidos, conforme prevê o artigo 320-G do Provimento 188/2024 do CNJ. Alternativamente, fica este Edital, Auto e Carta de Arrematação servindo como OFÍCIO para apresentação junto aos respectivos órgãos competentes para que o Arrematante providencie as respectivas baixas das restrições existentes junto aos respectivos órgãos competentes.

**AUTO DE ARREMATAÇÃO:** Assinado pelo Arrematante, pelo Leiloeiro e assinado por decisão homologatória pelo E. Juízo, a arrematação será considerada perfeita, acabada e irretratável, ainda que venham a ser julgados procedentes os feitos assegurando o direito de reparação pelos prejuízos sofridos (artigo 903, CPC).

**CARTA DE ARREMATAÇÃO:** A carta de arrematação poderá ser expedida via tabelionato de notas, após a decisão de decurso de prazo, conforme provimento nº 31/2013 da Corregedoria Geral de Justiça de São Paulo.



# LUTHERO

## LEILÕES

**IMISSÃO NA POSSE:** Após o pedido e o pagamento das custas processuais pelo Arrematante, será expedido o Mandado de Imissão na Posse pelo MM. Juízo Comitente, ficando o Arrematante responsável dos bens listados pelo Sr. Oficial de Justiça que porventura existirem no imóvel.

**Advertência:** Correrão por conta do arrematante as despesas e os custos relativos à desocupação e quaisquer outros custos provenientes de sua aquisição, tais como registro da Carta de Arrematação, taxas, emolumentos, averbações, imposto de transmissão ITBI etc.

### BENS:

**LOTE 01: UM IMÓVEL SITUADO NESTA CIDADE, NO CONJUNTO RESIDENCIAL JARDIM INDUBERABA,** que se constitui de uma casa de morada, construída de tijolos e madeiras, coberta de telhas brasilit, dotada de instalações elétricas e sanitárias, composta de três quartos, sala, dois banheiros, cozinha, área de serviço, varanda e área de circulação, com a área construída de 89m<sup>2</sup> e o seu respectivo terreno, formado pelo lote 01 da quadra D, medindo 25m de frente para a rua Dr. Newton Prata da Costa, 11m de frente pela rua 13, 26m de um lado, na confrontação com o lote 03, 22,90m de outro lado, onde confronta com o lote 02 e 17,30m confrontando com terrenos de A. F. de Moura Teles. **Matrícula nº 24.692** do 2º CRI de Uberaba/MG. **Contribuinte nº 421.0707.0002.001.** **Endereço:** R. Miguel Stefani, 250 - Jardim Induberaba, Uberaba - MG, 38040-070.

**AValiação: R\$ 1.568.560,42** (um milhão quinhentos e sessenta e oito mil quinhentos e sessenta reais e quarenta e dois centavos), atualizada até a apresentação deste edital pelo índice do TJSP.

**Débito de IPTU: R\$ 28.169,71** (vinte e oito mil cento e sessenta e nove reais e setenta e um centavos), referência em jan/26.

**Débito de Condomínio: Não se aplica.**

**Débito de Fiduciário: Não há.**

**Ônus/Gravames:** Constan as seguintes averbações na matrícula: Av. 10 – Ajuizamento de Ação e Av.11 – Penhora Exequenda.

**(LOTE 02): UM IMÓVEL RURAL SITUADO NESTE MUNICÍPIO, NA FAZENDA SANTA LUZIA E ÁGUA LIMPA, LUGAR DENOMINADO "CAFÉ",** que se constitui de casa-sede e demais benfeitorias e uma sorte de terras de campos e culturas, com a área total de 320 hectares, 46 seis ares e 85 centiares, sendo 281 hectares, 74 ares e 85 centiares de campos e 38 hectares e 72 ares de culturas. **Matrícula nº 22.024** do 2º CRI de Uberaba/MG. **INCRA nº 422.053.009.849-9.** **Endereço:** Fazenda Santa Luzia/Água Limpa, Uberaba/MG, CEP: 38100000.

**AValiação: R\$ 13.744.675,81** (treze milhões setecentos e quarenta e quatro mil seiscentos e setenta e cinco reais e oitenta e um centavos), atualizada até a apresentação deste edital pelo índice do TJSP.

**Débito de IPTU: Não localizado.**

**Débito de Condomínio: Não se aplica.**

**Débito de Fiduciário: Não há.**



# LUTHERO

## LEILÕES

**Ônus/Gravames:** Constam as seguintes averbações na matrícula: Av. 06 – Indisponibilidade; Av. 08 - Ajuizamento de Ação; Av. 09 – Penhora e Av. 10 – Penhora Exequenda.

**OBSERVAÇÃO PARA TODOS OS LOTES:** Foi deferida a penhora de  $\frac{1}{4}$  (25%) dos imóveis, conforme decisão de fls. 234. Todavia, o leilão será realizado sobre a integralidade do bem, nos termos do artigo 843 do CPC, com a devida observância da quota-parte dos coproprietários e do cônjuge alheio à execução, bem como do direito de preferência na aquisição do bem.

**Débito da Ação: R\$ 3.675.641,68** (três milhões seiscentos e setenta e cinco mil seiscentos e quarenta e um reais e sessenta e oito centavos), referência em fev/25.

**Advertência:** CABE AO INTERESSADO pesquisar a existência e/ou valores atualizados até a data do leilão de eventuais débitos sobre o referido bem leiloadado diretamente no Condomínio e/ou Órgãos Competentes e/ou Entidades e/ou Instituições Financeiras.

**Poderá haver informações complementares diretamente na plataforma do leiloeiro.**

**INTIMAÇÕES:** Com fundamento nos parágrafos únicos dos artigos 274 e 889 do Código de Processo Civil, considera-se que os Executados e terceiros interessados estão devidamente cientificados por meio deste Edital, não podendo alegar desconhecimento, em razão da ampla publicidade prevista na legislação vigente.

**Dr. Rubens Petersen Neto**  
Egrégio Juízo de Direito

